1. **FATOS**

Trata-se de ação movida por servidor(a) inativo(a) com o objetivo de obter progressão funcional, bem como seus reflexos aos proventos de aposentadoria, prevista na Lei 5.351/1986, **antigo** Estatuto do Magistério Público Estadual, vigente até o ano 2010, quando substituído pelo novo estatuto trazido pela Lei estadual nº 7. 442/2010.

Conforme será demonstrado ao longo desta defesa, é manifesta a ausência do direito reclamado, devendo ser julgados improcedentes todos os pedidos da exordial pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. **DO DIREITO**
   1. **DA PRESCRIÇÃO QUANTO AO ENQUADRAMENTO REALIZADO. ATO ÚNICO DE EFEITOS CONCRETOS. POSIÇÃO PACÍFICA DO STJ.**

A parte autora pretende rever o ato de enquadramento realizado no ano de 2011, sendo patente, portanto, a prescrição de sua pretensão.

Com efeito, em 02 de julho de 2010 entrou em vigor a Lei n. 7.442/2010, tratando sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará (PCCR do magistérioestadual).

A legislação instituiu novo regime jurídico do magistério estadual, revogando tacitamente diversos dispositivos do Estatuto do Magistério (Lei nº 5.351, de 21 de novembro de 1986), entre eles, os atinentes à progressão funcional (horizontal e vertical), níveis e classes da carreira de Professores e Especialistas em Educação.

**À época, o Estado enquadrou todos os professores e o tempo de efetivo exercício no cargo ocupado foi considerado para definição do nível no PCCR, conforme o Decreto nº 189, de 9 de setembro de 2011 (Art. 1º, III e Anexo Único).**

Ou seja, pretende a parte contestar o enquadramento realizado em 2011, entretanto, se entendeu que não foram observadas as progressões que faria jus de acordo com o Estatuto do Magistério, deveria ter feito requerimento administrativo para rever o ato, ou então ajuizado a ação respectiva.

Contudo, é evidente que passados bem mais de cinco anos, a parte autora já não mais pode desfazer aquele, já que não se está diante de omissão da Administração, como faz crer na petição inicial.

**Com efeito, conforme a posição reiterada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o ato de enquadramento ou reenquadramento configura ato único de efeitos concretos, a importar na necessidade de ser observado o prazo prescricional quinquenal para revisão do mesmo**. Vejamos os precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. AUSÊNCIA DE CONTROVÉRSIA JURISPRUDENCIAL À ÉPOCA DO JULGADO RESCINDENDO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 343/STF. PROVIMENTO N EGADO.

1. Verifica-se que a jurisprudência do STJ acerca da matéria controvertida já estava pacificada ao tempo do julgado que se pretende rescindir, **no sentido de que o enquadramento ou reenquadramento de servidor público constitui ato único de efeitos concretos que não caracteriza relação de trato sucessivo, de modo que a prescrição incide sobre o próprio fundo de direito**. Não é hipótese, portanto, de incidência da Súmula 343/STF.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.622.349/CE, relator Ministro Paulo Sérgio Domingues, Primeira Turma, julgado em 9/10/2023, DJe de 16/10/2023.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. **REENQUADRAMENTO FUNCIONAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO**. OCORRÊNCIA. ARGUIÇÃO DE NECESSIDADE DE VALORAÇÃO PROBATÓRIA E EQUIPARAÇÃO SALARIAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. VIOLAÇÃO À NORMA CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO EM SEDE DE RECURSO E SPECIAL.

1. Em recurso especial não cabe invocar violação à norma constitucional, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa aos arts. 5º, XXXV, LV, LVI, e 93, IX, da Constituição Federal.

**2. Nos termos da jurisprudência deste Tribunal, o enquadramento ou reenquadramento de servidor público constitui ato único de efeitos concretos que não caracteriza relação de trato sucessivo, de modo que a prescrição incide sobre o próprio fundo de direito.**

3. No mais, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, a fim de que se entenda pela necessidade de valoração das provas dos autos e de equiparação salarial, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante do feito bem como de legislação local, providências vedadas em recurso especial, conforme os óbices previstos nas Súmulas 7/STJ e 280/STF.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 2.177.921/RJ, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 26/6/2023, DJe de 29/6/2023.)

Diante dos precedentes citados, a prescrição fundo de direito é manifesta, pelo que dever ser reconhecida para que seja julgado improcedente o pedido.

* 1. **DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE APLICAR LEI REVOGADA EM 2010. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. AUSÊNCIA DE SUSTENTÁCULO JURÍDICO À RENOVAÇÃO DA PRETENSÃO.**

Ainda que a parte autora não tivesse sido enquadrada no ano de 2011, o que já se demonstrou não ser o caso, a pretensão de aplicar os efeitos da Lei 5.351/86 encontra-se prescrita.

Isto porque, a progressão prevista na Lei Estadual nº 5.351/86 foi revogada pela Lei Estadual nº 7.442/2010. Assim, a parte interessada tinha até o ano de 2015 (cinco anos após a publicação da lei) para reivindicar os efeitos de sua aplicação, dado que não existe direito adquirido a regime jurídico..

E, ainda que se trate de parcela de trato sucessivo, decorrente de omissão do Ente Público em aplicar a progressão (o que se admite apenas para fins de argumentação), o sustentáculo jurídico para defesa da tese arguida **não mais existe desde 2010.**

A obrigação de fazer, materializada na implementação da alteração de nível, só pode utilizar os parâmetros da nova legislação, uma vez que, desde 2010, a situação de fato é regulada de forma diversa.

O fundamento da súmula 85 do STJ é exatamente a renovação mensal da lesão ao direito, na medida em que a omissão se protrai no tempo, desde que o direito pretendido permaneça em vigor.

Nesse sentido, se a alegação é de que houve a aquisição do direito em tal ou qual data, pela teoria da *actio nata* teria o autor 5 anos para buscar a pretensão, a partir do momento em que o Estado deixa de lhe conferir.

Assim, importante analisar doutrina sobre o tema:

*A supressão de vantagem, quando não decorre de lei de efeitos concretos, resulta de ato administrativo expresso, a partir do qual o servidor deixa de perceber dita vantagem.*

*Sendo assim, a partir da publicação no Diário Oficial de tal ato concreto e imediato, ou de qualquer outro meio que confira ciência inequívoca ao servidor público é que se inicia a contagem do prazo de 5 (cinco) anos*. (CUNHA, Leonardo Carneiro da. A FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO, 13ª ED. PÁG. 70.

Diante da alteração legislativa,forçoso reconhecer que está prescrito o pedido de aplicação da legislação revogada.

* 1. **DA INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO SOBRE REGIME JURÍDICO. TEMA 24 DO STF. IRREDUTIBILIDADE SALARIAL. PROIBIÇÃO DO EFEITO REPIQUE. DA IMPOSSIBILIDADE DE COMBINAÇÃO DE REGIMES.**

Na improvável hipótese de restarem afastadas as teses acima declinadas, demonstra-se, a seguir, a impossibilidade de combinação dos regimes como pretendido pela parte autora.

Com efeito, em 02 de julho de 2010, entrou em vigor a Lei Estadual nº 7.442/2010 (PCCR), legislação que criou um novo regime jurídico para o magistério estadual e revogou tacitamente várias disposições do Estatuto do Magistério (Lei Estadual nº 5.351, de 21 de novembro de 1986), incluindo aquelas relacionadas à progressão funcional, bem como às referências e classes na carreira docente.

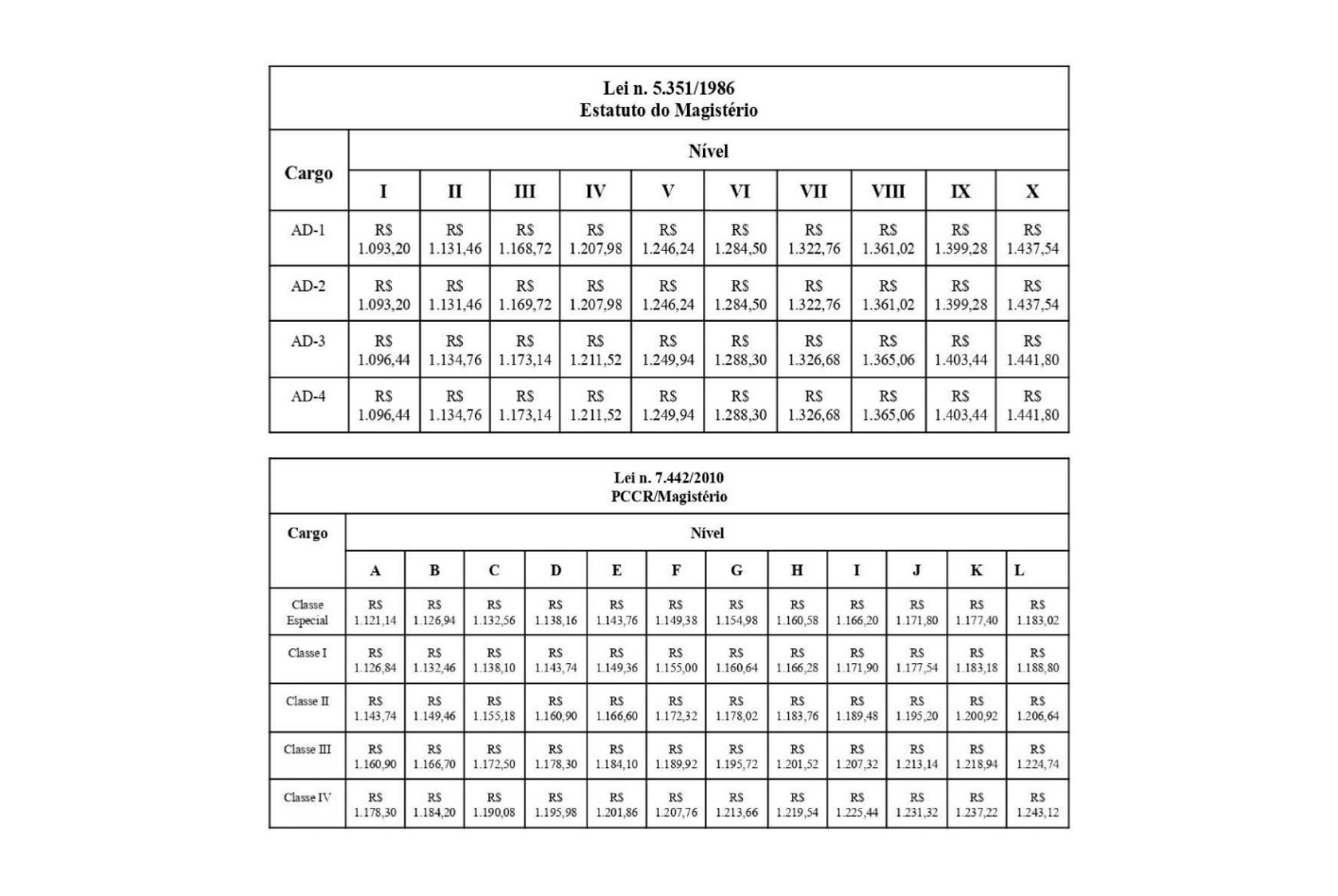
Antes da implementação do PCCR, a progressão horizontal nas carreiras do magistério ocorria a cada dois anos de efetivo exercício na mesma referência, com um aumento de 3,5% no vencimento base para cada avanço, conforme disposto no artigo 8º em combinação com o artigo 18, I, do Estatuto do Magistério. Com o novo PCCR, a progressão foi modificada para um aumento de 0,5% no vencimento base e passou a ocorrer a cada três anos, conforme articulado nos artigos 14 e 25, § 2º do PCCR. Portanto, foi criado um novo regime jurídico destinado aos servidores públicos do magistério estadual.

No processo de enquadramento sob o novo regime, o tempo de efetivo exercício foi levado em conta para a definição do nível, conforme estabelecido pelo Decreto nº 189, de 9 de setembro de 2011 (Art. 1º, III e Anexo Único):

|  |  |
| --- | --- |
| **Enquadramento (PCCR): níveis** | **Tempo de serviço no cargo** |
| A | 0 a 3 anos |
| B | Mais de 3 a 6 anos |
| C | Mais de 6 a 9 anos |
| D | Mais de 9 a 12 anos |
| E | Mais de 12 a 15 anos |
| F | Mais de 15 a 18 anos |
| G | Mais de 18 a 21 anos |
| H | Mais de 21 a 24 anos |
| I | Mais de 24 a 27 anos |
| J | Mais de 27 a 30 anos |
| K | Mais de 30 a 33 anos |
| L | Mais de 33 anos |

O enquadramento no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) teve efeito a partir de 01 de setembro de 2011, de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 479, datado de 5 de julho de 2012.

A tabela remuneratória à época da transição ficou a seguinte:



Frisa-se que as remunerações acima dizem respeito ao vencimento base para carga horária de 200h/aulas no mês.

Nesse contexto de transição de regimes jurídicos, é fundamental considerar a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Tema de Repercussão Geral nº 24 (Leading Case: RE 563.708, rel. min. Cármen Lúcia):

"I - O art. 37, XIV, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional 19/98, é autoaplicável;

II - Não há direito adquirido a regime jurídico, notadamente à forma de composição da remuneração de servidores públicos, observada a garantia da irredutibilidade de vencimentos."

Diante dessa tese, fica claro que mudanças na composição da remuneração dos servidores públicos são constitucionais. A Administração pode extinguir parcelas remuneratórias, contanto que observe o princípio da irredutibilidade salarial. E, para determinar se houve redução salarial, é necessário verificar o nível remuneratório do servidor sob a Lei n. 5.351/1986 e compará-lo após o enquadramento. **Se houve redução, o Estado deveria ter concedido a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável (VPNI). Em caso de aumento, não haveria qualquer obrigação estatal.**

No entanto, caso prospere o entendimento da parte adversa que está descrito na petição inicial, a aplicação de progressões obtidas no antigo regime do magistério combinadas com o atual seria totalmente inadequada. **É certo que todo servidor deveria ter sua irredutibilidade salarial garantida com o advento de um novo regime jurídico, mas sem a manutenção de direitos do antigo regime do magistério**.

Uma decisão judicial que obrigasse o Estado a aplicar no contracheque da parte adversa a progressão do antigo regime seria contrária à tese do Supremo Tribunal Federal mencionada, por presumir e chancelar o direito adquirido a um regime jurídico específico, particularmente a uma parcela remuneratória prevista no Estatuto do Magistério que foi tacitamente revogada.

E nesse passo, mister pontuar que segundo o Supremo Tribunal Federal, não há ilegalidade em mudanças na composição da remuneração do servidor, desde que a irredutibilidade salarial seja preservada. Assim, as progressões sob o Estatuto do Magistério não deveriam influenciar a remuneração após o enquadramento no PCCR, para evitar a combinação de regimes jurídicos.

Além disso, caso uma decisão judicial dessa natureza fosse concedida, isso implicaria que os aumentos percebidos pelas progressões atuais servissem de base de cálculo para as progressões do antigo regime, gerando o chamado **efeito repique**. Este é proibido pelo inciso XIV do art. 37 da Constituição Federal e é considerado autoaplicável na tese supracitada. O Supremo Tribunal Federal esclarece:

“I – A jurisprudência desta Corte firmou entendimento no sentido de que o art. 37, XIV, da Constituição Federal, com redação dada pela EC 19/98, veda o cômputo de vantagem recebida no cálculo de vantagem posterior (cálculo em cascata ou efeito repique), porém não proíbe a concessão de mais de uma vantagem sob o mesmo fundamento, desde que calculadas de forma singela sobre o vencimento básico. (...) (RE 1357399 AgR, Relator: Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, julgado em 22/04/2022).”

Portanto, o acolhimento da pretensão importa em necessário efeito repique, na medida em que o **tempo de efetivo exercício antes do novo regime seria simultaneamente contado para as progressões do antigo regime e para o enquadramento no novo**, de forma que o aumento do vencimento devido pelo enquadramento em nível avançado serviria como base de cálculo para a progressão do antigo regime.

Por mais essa razão, deve ser rejeitada a pretensão para que sejam julgados improcedentes todos os pedidos deduzidos na inicial.

* 1. **PROGRESSÃO FUNCIONAL NÃO PAGA EM ATIVIDADE. EXTENSÃO AO SERVIDOR INATIVO. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 14 DA LEI Nº 7.442/2010.**

Acaso ultrapassado o tópico anterior, o que se admite apenas para fins de argumentação, a lei n° 7.442, de 2 de julho de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará, assim consigna:

**Art. 14. A progressão funcional horizontal dar-se-á de forma alternada, ora automática, ora mediante a avaliação de desempenho a cada interstício de três anos.**

§1º A primeira progressão na carreira dar-se-á de forma automática mediante a aprovação no estágio probatório.  
§ 2º Caso a disponibilidade orçamentária e financeira limite o número de progressões horizontais, o Estado ficará obrigado a efetivá-las em até um ano a contar da data em que o servidor tenha adquirido o direito, lhe sendo resguardado os pagamentos retroativos a data em que tenha satisfeito os requisitos para obtê-la.  
§ 3º Caso a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, não proceda a avaliação de desempenho, o servidor progredirá automaticamente para o próximo nível na carreira, sem prejuízo das progressões futuras.

...........................................................................................

Do Plano de Remuneração  
Art. 25 A remuneração dos servidores de que trata esta Lei corresponderá ao vencimento da Classe e nível do cargo que ocupa, observada a jornada de trabalho, acrescida dos adicionais e gratificações a que fizer jus.  
§ 1º Os cargos de que trata esta Lei terão seus vencimentos iniciais fixados a partir do Nível A, da Classe I, e para as demais Classes conforme a seguir:  
I - O vencimento inicial da Classe II, Nível A corresponderá ao valor do vencimento inicial da Classe I, acrescido de 1,5% (um por cento e cinco décimos);  
II - O vencimento inicial da Classe III, Nível A corresponderá ao valor do vencimento inicial da Classe II, acrescido de 1,5% (um por cento e cinco décimos);  
III - O vencimento inicial da Classe IV, Nível A corresponderá ao valor do vencimento inicial da Classe III, acrescido de 1,5% (um por cento e cinco décimos).  
§ 2º A diferença de vencimento entre os níveis, no caso da progressão horizontal, corresponderá ao acréscimo de 0,5% (zero vírgula cinco décimos percentuais), de um nível para o outro, utilizando-se como base de cálculo, sempre, o vencimento do Nível A da respectiva Classe.

Segundo a lei nº 7.442/2010, a progressão horizontal do servidor será alternada por merecimento ou através de avaliação de desempenho a cada interstício de 3 (três) anos.

Ora, o servidor público **inativo** não faz jus à progressão funcional **por merecimento** ao fundamento de equiparação com os servidores da ativa, por se tratar de benefício personalíssimo, condicionado ao atendimento de requisitos impossíveis de implemento pela parte autora, como é o caso do interstício de atividade.

Verifica-se, outrossim, que a pretendida evolução funcional tem como requisito primordial estar no **efetivo serviço** e, como se sabe, **a parte autora encontra-se na inatividade,** sem ocupar vaga, não mais progredindo na carreira.

Por outro lado, não há possibilidades de alterações a fazer na progressão atual parte da interessada, uma vez que só é possível a **servidores em atividade**, conforme se observa no texto legal, tendo em vista que os fatores exigidos pela lei como, por exemplo, **a avaliação de desempenho** não poderia ser preenchida por servidor aposentado.

Vejamos o entendimento do **Superior Tribunal de Justiça**.

Processo RMS 035574 Relator(a) Ministro HERMAN BENJAMIN

Data da Publicação 19/12/2012. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 35.574 - MT (2011/0215088-4)

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto por Aroldo Pacoal Moraes contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso assim ementado:

MANDADO DE SEGURANÇA - DECADÊNCIA - REJEITADA- SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL APOSENTADO - TÉCNICO DA ÁREA INSTRUMENTAL DO GOVERNO - **REENQUADRAMENTO IMPOSSIBILIDADE - SERVIDOR INATIVO** – NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI N- 7.461/2001 COM AS ALTERAÇÕES DA LEI 9.094/2009 - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO – ORDEM DENEGADA.

Neste sentido também é a posição deste **Tribunal de Justiça do Estado do Pará**:

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.3.003921-6 COMARCA: BELÉM RELATORA: Desa. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO. IMPETRANTE: ELIZETE CARDOSO ASSUNÇÃOA. DVOGADO: ORLANDO SÉRGIO PEREIRA MORAES OAB/PA 9564IMPETRADO: SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO PROCURADOR:VERA LÚCIA BECHARA PARDAUIL.

EMENTA: **MANDADO DE SEGURANÇA ADMINISTRATIVO PROFESSOR DA REDE PÚBLICA PROGRESSÃO FUNCIONAL CONCLUSÃO DE CURSO SUPERIOR INSUFICIÊNCIA DE CRITÉRIOS NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS DIREITO LIQUIDO E CERTO NÃO COMPROVADO SEGURANÇA DENEGADA.**

I - PRELIMINARES: Litisconsórcio Passivo Necessário do Estado do Pará Rejeitada; Inépcia da Inicial Rejeitada; Decadência do Direito Rejeitada.

II MÉRITO: **A qualificação profissional é apenas um dos critérios a serem levados em consideração na promoção por merecimento e por si só, não dá azo a progressão funcional que depende de outras avaliações para sua concretização**. Ausente o direito liquido e certo. Segurança denegada. UNANIMIDADE.

SECRETARIA DA 1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA APELAÇÃO COMARCA DA CAPITAL PROCESSO Nº 2007.3.007123-6 Apelante: LENILDA ALCÂNTARA DA SILVA e outro Apelado: ESTADO DO PARÁ Relatora: Marneide Trindade P. Merabet. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO DE VENCIMENTOS. SEGUNDO O ARTIGO 54, § 3º DA LC Nº 22/94, A PROMOÇÃO A ÚLTIMA CLASSE DO POLICIAL CIVIL FAR-SE-Á ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE CURSO ESPECÍFICO, EM CARÁTER ELIMINATÓRIO, SENDO PARA OS DELEGADOS O CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA DE INSTITUIÇÃO OFICIAL DO PAÍS OU ESTRANGEIRO. IN CASU, **A FALECIDA NÃO REALIZOU O REFERIDO CURSO REQUISITO LEGAL EXIGIDO PARA QUE TIVESSE INCORPORADAS VANTAGENS DE PROMOÇÃO FUNCIONAL AOS SEUS PROVENTOS DE APOSENTADORIA**. A AUTORA NÃO POSSUÍA DIREITO À INCORPORAÇÃO A QUANDO DE SUA APOSENTADORIA, JÁ QUE A MESMA EXERCEU O CARGO EM QUESTÃO POR DOIS ANOS CONSECUTIVOS, ENTRETANTO, PARA USUFRUIR TAL DIREITO É NECESSÁRIO QUE O SERVIDOR PERMANEÇA NO CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA POR 5 (CINCO) ANOS CONSECUTIVAS OU 10 (DEZ) ANOS ALTERNADOS, NÃO CABENDO, NO CASO, INCORPORAÇÃO PROPORCIONAL. APELO. CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

Desta forma, observe-se que não há qualquer demonstração nos autos, especialmente nos documentos juntados à inicial, do preenchimento dos requisitos exigidos, devendo tal pedido relativo **ao escalonamento da progressão horizontal ser julgado improcedente nos termos do art. 487, I, do CPC**.

* 1. **SERVIDOR INATIVO OBJETIVANDO PROGRESSÃO FUNCIONAL. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. PRINCÍPIO CONTRIBUTIVO E DO PRÉVIO CUSTEIO (ART. 40, CAPUT E 195, §5º DA CF)**

Está assentado na jurisprudência pátria o entendimento de que o servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico.

Assim, nada impede que Administração realize reestruturação do quadro de carreira dos seus servidores, promovendo respectivas alterações de cargos e do critério remuneratório, desde que tal não implique em redução dos vencimentos.

Em relação ao tema, transcrevemos os seguintes entendimentos da jurisprudência pátria:

**TJPR: 5794007 PR 579400-7 (Acórdão).** Dados Gerais Processo: 5794007 PR 579400-7 (Acórdão) Relator(a): Marco Antonio de Moraes Leite Julgamento: 20/03/2012 Órgão Julgador: 6ª Câmara Cível.

PREVIDENCIÁRIO. REENQUADRAMENTO FUNCIONAL. SERVIDOR INATIVO OBJETIVANDO REENQUADRAMENTO FUNCIONAL DE SEU CARGO EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DA LEI ESTADUAL Nº 13.666/02. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ARTIGO [40](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1027008/constituição-da-republica-federativa-do-brasil-1988), [§ 8º](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1027008/constituição-da-republica-federativa-do-brasil-1988), DA [CONSTITUIÇÃO FEDERAL](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1027008/constituição-da-republica-federativa-do-brasil-1988). INOCORRÊNCIA DE IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. **INVIABILIDADE DE PROMOÇÃO DO SERVIDOR APOSENTADO.** SENTENÇA REFORMADA. RECURSOS DO ESTADO DO PARANÁ E DA PARANAPREVIDÊNCIA CONHECIDOS E PROVIDOS. REEXAME NECESSÁRIO PREJUDICADO.

TJSP - Apelação: APL 314224820118260053 SP 0031422-48.2011.8.26.0053 Dados Gerais Processo: APL 314224820118260053 SP 0031422-48.2011.8.26.0053 Relator(a): Peiretti de Godoy Julgamento: 24/10/2012 Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Público Publicação: 09/11/2012. RITO ORDINÁRIO SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS APOSENTADOS **Pretensão ao reenquadramento dos servidores inativos**, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Lei nº. [1.080](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/298485/lei-1080-08-bombinhas-0)/2008 **Inadmissibilidade** O servidor público não possui direito adquirido a regime jurídico ou forma de composição de vencimentos Inocorrência de redução do valor nominal dos vencimentos (art. [37](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1027008/constituição-da-republica-federativa-do-brasil-1988), inc. [XV](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1027008/constituição-da-republica-federativa-do-brasil-1988), da [CF](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1027008/constituição-da-republica-federativa-do-brasil-1988)). Precedentes do C. Supremo Tribunal Federal Manutenção da r. sentença de improcedência do pedido Recurso desprovido.

Assim, não há que se falar em violação aos preceitos constitucionais, pois não se pode dar tratamento igualitário entre ativos e inativos quanto à vantagem pretendida pela parte autor, cujo recebimento só é possível se estivesse na ativa, mediante cumprimento dos requisitos dispostos na lei.

O art. 40 da CF/88, que prevê o regime de previdência dos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece o caráter contributivo do sistema. Vejamos seus termos, *in verbis*:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado **regime de previdência de caráter contributivo** e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste arquivo.

§3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão consideradas as **remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência** de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei. (Grifo nosso)”.

Por sua vez, a previsão de Paridade que existia entre ativos e inativos, até a publicação da Ementa Constitucional nº. 41/03, também alcançava tão somente as vantagens do cargo efetivo e sobre as quais incidia a contribuição previdenciária que custeia os futuros benefícios.

A necessidade de incidir contribuição previdenciária nas verbas levadas para a inativa está expressa no citado art. 40, caput da CF, quando trata do “regime contributivo” e decorre do princípio do prévio custeio, previsto no art. 195, § 5º também da Carta Magna:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: **(...)**

§ 5º - **Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total**.

Ressalta Martins[[1]](#footnote-1) (2009, fls. 59), que “a ideia do princípio é encontrada em qualquer economia doméstica ou empresa: **não se pode gastar mais do que se ganha**”.

Ora, se a parte – de fato - não foi promovida na ATIVA para a referência que entende devida, não houve contribuição sobre o aumento remuneratório pretendido, logo a concessão do pedido na inativa equivalerá à ofensa ao princípio contributivo e do prévio custeio.

Diante do exposto, **deve ser reconhecida a improcedência dos pedidos**, sob pena de ofensa direta aos princípios citados, extraídos do art. 40, caput e art. 195, §5º da CF, normas estas que ficam desde já prequestionada.

* 1. **DA IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS APRESENTADOS PELA PARTE ADVERSA**

Na improvável hipótese de condenação, o Ente Público contesta os cálculos apresentados pela parte demandante e o montante reivindicado na inicial. Qualquer condenação, se ocorrer, **deverá se limitar ao pagamento de uma parcela denominada VPNI, e apenas se comprovada em execução uma redução salarial da parte autora no momento do enquadramento pela Lei Estadual nº 7.442/2010.**

Além disso, os critérios de correção monetária devem ser ajustados para refletir a atualização pela taxa IPCA-E. Quanto aos juros de mora, é importante ressaltar que a contabilização desta verba em momento anterior à citação é inaceitável, pois, à data do ajuizamento, nada era ainda devido a esse título.

**3. DOS PEDIDOS.**

Ante o exposto, requer a esse MM. Juízo que receba a presente contestação, com a sua juntada aos autos, para:

a) Acolher a prejudicial de mérito para que seja reconhecida à prescrição da pretensão, devendo o processo ser extinto, **com resolução do mérito**, conforme estabelece o art. 487, II do CPC (em razão da prescrição para postular direitos em relação a regime jurídico revogado);

b) Seja julgado **improcedente o pedido,**nos termos da fundamentação, condenando a interessada em honorários sucumbenciais;

Nestes termos, pede deferimento.

1. **Direito da Seguridade Social. 27 ed. Atlas, 2009.** [↑](#footnote-ref-1)